

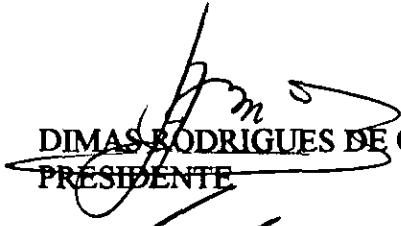
**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

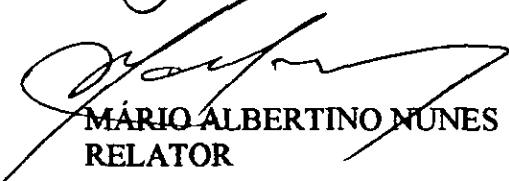
PROCESSO N° : 10983/003.106/94-47
RECURSO N° : 05.146
MATÉRIA : IRPF - EX.: 1993
RECORRENTE : ROSANE RAQUEL COMPAGNONI LUBINI
RECORRIDA : DRJ - FLORIANÓPOLIS - SC
SESSÃO DE : 15 DE ABRIL DE 1997
ACÓRDÃO N° : 106-08.823

IRPF - RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA - OMISSÃO - INDENIZAÇÃO TRABALHISTA -
Sujeita-se à tributação o montante recebido pelo contribuinte em virtude de ação trabalhista, que determina o pagamento de diferenças de salário e de seus reflexos, tais como gratificações e adicionais. **IRPF - RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA - OMISSÃO - INDENIZAÇÃO TRABALHISTA -**
É tributável o valor da atualização monetária do salário recebido por meio de ação trabalhista, visto que o acessório deve seguir o principal para compor a base de cálculo do imposto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **ROSANE RAQUEL COMPAGNONI LUBINI**.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE


MÁRIO ALBERTINO NUNES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 15 MAI 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, HENRIQUE ORLANDO MARCONI, GENÉSIO DESCHAMPS, ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS, ROMEU BUENO DE CAMARGO e ADONIAS DOS REIS SANTIAGO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2

PROCESSO N° : 10983/003.106/94-47
ACÓRDÃO N° : 106-08.823
RECURSO N° : 05.146
RECORRENTE : ROSANE RAQUEL COMPAGNONI LUBINI

R E L A T Ó R I O

ROSANE RAQUEL COMPAGNONI LUBINI, já qualificada, recorre da decisão da DRJ em Florianópolis - SC, de que foi cientificada em 23.01.95 (fls.48v.), através de recurso protocolado em 02.02.95 (fls.69).

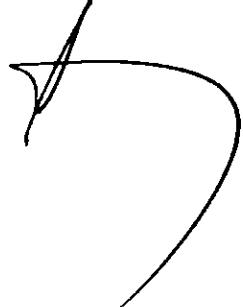
2. Contra a contribuinte foi emitida *NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO* (fls. 04), na área do Imposto de Renda - Pessoa Física, relativa ao Exercício 1993, Ano-Calendário 1992, por: *reclassificação de "rendimentos isentos e não tributáveis" para "rendimentos tributáveis recebidos de pessoas jurídicas" de parcela de rendimentos recebida em ação trabalhista, no montante de 33.762,63 UFIR (94.370,95 - 60.608,32), conforme FAR de fls. 10.*

3. Inconformada, apresenta *IMPUGNAÇÃO* (fls.01 e seguintes), rebatendo o lançamento com os seguintes argumentos:

I. inicialmente, historia que os rendimentos, em questão, foram recebidos em Reclamatória Trabalhista contra o INSS;

II. afirma, outrossim, que só recebeu 80% do montante devido;

III.que não considera tributáveis tais rendimentos, conforme análise que faz do art. 43 do CTN;



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

3

PROCESSO N°. : 10983/003.106/94-47
ACÓRDÃO N°. : 106-08.823

IV. que a correção monetária só foi utilizada para corrigir o valor da moeda corroída pela inflação, não se constituindo em penalidade ao reclamado.

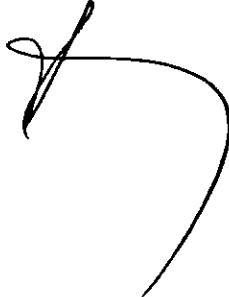
4. Em ação preparatória do julgamento, é levantado que o montante a tributar seria superior ao notificado, tendo o Delegado da Receita Federal autorizado o agravamento, determinando a expedição de notificação suplementar, com restituição do prazo de impugnação (fls. 33 a 35).

5. Em nova impugnação (fls. 37 e sgs.), a contribuinte reitera que o INSS só pagara 80% do devido, dele devendo ser cobrado o imposto, que retivera, citando jurisprudência dos Tribunais, que fixam a obrigatoriedade da retenção. Reitera, ademais, os termos da impugnação anterior.

6. A *DECISÃO RECORRIDA* (fls.42 e seguintes), indefere o pedido, com base nos seguintes fundamentos, que leio em Sessão.

7. Regularmente científica da decisão, a contribuinte dela recorre, conforme *RAZÕES DO RECURSO* (fls. 69 e seguintes), onde reedita os termos da Impugnação, conforme leitura, que faço em Sessão.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. : 10983/003.106/94-47
ACÓRDÃO N°. : 106-08.823

V O T O

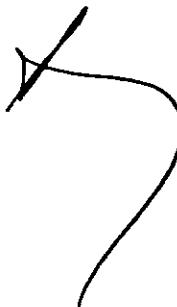
CONSELHEIRO MÁRIO ALBERTINO NUNES, RELATOR

Como bem demonstrado pelo Fisco - e sem que a defesa tenha logrado estabelecer o contrário - os rendimentos em causa referem-se a diferenças de salários e de seus reflexos, ganhas através de Ação Reclamatória Trabalhista.

2. Nesse contexto, são tributáveis, nos exatos termos do art. 3º e §§ da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. E se declarados como "não tributáveis", como ocorreu neste caso, correto foi o procedimento fiscal, ao reclassificá-los. Se, eventualmente, em tal valor se incluía parcela de FGTS, caberia à defesa comprová-lo - eis que os cálculos apresentados pela Justiça do Trabalho não faziam qualquer distinção.

3. Ademais, o imposto incide sobre o montante corrigido monetariamente, se, originalmente, o ingresso é sujeito a tal incidência. Não poderia ser diferente, dada a progressividade do imposto e considerando que as tabelas, utilizadas para fixar a alíquota pertinente, também são atualizadas na mesma proporção.

4. A multa de ofício aplicada obedeceu às determinações legais vigentes, descabendo a mudança de seu percentual. Se casos houve em que a multa não teria sido aplicada, seriam situações em que o contribuinte espontaneamente retificara a declaração, antes do lançamento de ofício.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

5

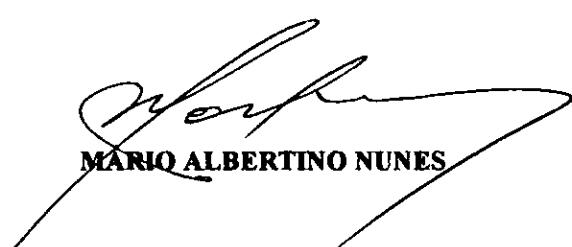
PROCESSO N°. : 10983/003.106/94-47
ACÓRDÃO N°. : 106-08.823

5. Quanto à questão de quem é responsável pelo recolhimento do IR, se a contribuinte ou a fonte pagadora, isto não está em questão. O lançamento se refere ao que foi pago - em termos líquidos - à contribuinte, pelo que se depreende do relato da decisão e não é negado pela defesa. Além disso, independente da fonte pagadora ter ou não cumprido com suas responsabilidades, o fato é que o rendimento recebido é tributável e, em assim sendo, deveria ter sido declarado como tal.

6. Entendo, portanto, deva ser mantida a r. decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Por todo o exposto e por tudo mais que do processo consta, conheço do recurso, por tempestivo e apresentado na forma da Lei, e, no mérito, *nego-lhe* provimento.

Sala das Sessões - DF, em 15 de abril de 1997


MÁRIO ALBERTINO NUNES

